

PROCESSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE DOCENTES DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE LAGO DA PEDRA-MA: do imaginário à realidade.

Josélia de Jesus Araujo Braga de Oliveira; José Carlos de Melo; Laura Carvalho Matos.

Universidade Federal do Maranhão, josybraga45@gmail.com; Universidade Federal do Maranhão, mrzeca@terra.com.br, Universidade Federal do Maranhão, lauracarvalhomatos12345@gmail.com.

RESUMO

O debate sobre a formação continuada de docentes configura-se como uma temática importante e essencial para qualidade do processo de ensino e aprendizagem, em função do despertar dos múltiplos olhares para a reflexão das práticas docentes e dos desafios que esta suscita aos educadores e à escola enquanto espaço de reflexões e debates. Configurado como essencial para a educação nos dias contemporâneos, sobretudo, quando relacionado à Educação Infantil, o processo de formação de docentes, tem se tornado imprescindível para o processo de educação das crianças de 0 a cinco anos de idade, uma vez que é nesta etapa da educação básica que os aspectos globais da criança pequena estão se expandindo, necessitando assim, de uma base docente sólida para que tais aspectos possam ser desenvolvidos adequadamente. Esta pesquisa tem como escopo elucidar os avanços e/ou retrocessos no processo de formação continuada de docentes da Educação Infantil do município de Lago da Pedra/MA. Foi desenvolvida em instituições públicas, situadas nas zonas rural e urbana deste município e ancorada nos autores: NÓVOA (2002), FREIRE (2000), CARNEIRO (2014), FULLGRAF (2012) e nos dispositivos legais que versam sobre a formação de professores destacando a Constituição Federal (1988), LDBEM nº 9394/96, RCNEI (1988), DCNEI (2013); dentre outros. É uma pesquisa exploratória com enfoque qualitativo e quantitativo; na qual realizou-se pesquisa bibliográfica e de campo por meio da entrevista semiestruturada, como instrumento de coleta de dados. A pesquisa ocorreu de janeiro a outubro de 2016. Os resultados obtidos favorecem a compreensão a respeito da importância da formação continuada das professoras da Educação Infantil, no processo de (re)construção das práticas educativas e do saber docente proporcionando melhorias na aprendizagem das crianças pequenas do município.

Palavras-chave: Formação de Docentes, Educação Infantil, Lago da Pedra- MA.

Introdução

O debate sobre a formação de educadores da Educação infantil não é atual, visto que as mobilizações da sociedade em busca de educação de qualidade para crianças pequenas começam a tomar rumos mais incisivos a partir da década dos anos 70, apesar, como ressalta FULLGRAF (2012), da “precária legislação social nos anos 1970 acerca da educação da criança pequena, a necessidade premente de as mulheres trabalhadoras terem um lugar para deixar seus filhos, e a insuficiência de políticas sociais justificavam de alguma forma que populações carentes tomassem

para si a iniciativa de criar creches e pré-escolas, modulando uma demanda por convênios e não por equipamentos públicos”.

Desta forma, através dos movimentos sociais, a sociedade se mobilizou em busca da formalização da Educação Infantil e consequente garantia de direitos às crianças pequenas; surgindo assim, pela primeira vez, a inclusão do direito a educação de crianças de zero aos 04 anos de idade na Constituição Federal Brasileira de 1988, impondo ao Estado a obrigatoriedade de oferecer educação e cuidados às crianças na mais tenra idade, colocando-as, assim, na condição de cidadãos detentores de direitos. Após este momento inicial de conquistas, surgem, na década de 90, outros dispositivos legais como o Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, e a Lei de Diretrizes e Bases, em 1996. Todas estas leis determinam e garantem a inserção da criança de 0 a 5 anos de idade no sistema regular de ensino, isto é, na Educação Infantil, impondo ao estado, novamente, a obrigatoriedade de oferecer instituições e profissionais adequados e preparados para esta faixa etária.

A partir do entendimento inicial sobre o surgimento da Educação Infantil torna-se importante destacar o processo de formação de docentes para esta etapa inicial da educação brasileira; marcada pelo início da educação formal do indivíduo, onde os aspectos formativos globais e integrais da criança serão estimulados de acordo com as especificidades e necessidades de cada criança, sendo para isso, necessário a existência de profissionais qualificado para lidar com o público infantil.

Partindo dos pressupostos anteriores, resolveu-se elucidar os avanços e/ou retrocessos no processo de formação continuada de docentes da Educação Infantil do município de Lago da Pedra/MA, localizado na Microrregião do Pindaré, à oeste do Maranhão, através da compreensão do entendimento dos educadores acerca da importância da formação continuada na área, visto que a precarização da educação e consequentemente da mão de obra profissional de alguns educadores, está cada vez mais acentuada no cenário da educação maranhense, sobretudo de cidades situadas em regiões mais afastadas da capital.

A metodologia utilizada, baseou-se na abordagem qualitativa, conforme abalizam Lüdke e André (1986), este tipo de pesquisa é uma atividade de interesse imediato e continuado, busca a complexidade do fenômeno, fatos e processos particulares e específicos de grupos mais ou menos delimitados em extensão. Como instrumento de coleta de dados foi utilizada a entrevista semiestruturada, uma vez que “a grande vantagem da entrevista sobre outras técnicas é que ela

permite a captação imediata e coerente da informação desejada, praticamente com qualquer tipo de informante e sobre os mais variados tópicos” (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 34).

Ressalta-se que esta pesquisa, está vinculada ao Grupo de Estudos de Educação Infantil & Docência- GEEID, vinculado ao NEIUFMA (Núcleo de Educação e Infância da Universidade Federal do Maranhão). Este estudo faz parte do Projeto denominado: Trajetórias das Professoras da Educação Infantil na Ilha do Maranhão.

Formação continuada de docentes da educação infantil: construção e reconstrução de práticas educativas.

O processo de formação continuada de docentes no Brasil tem se configurado como essencial para a educação nos dias contemporâneos, sobretudo, quando relacionado à Educação Infantil; etapa da educação básica que necessita de profissionais docentes qualificados para favorecer o desenvolvimento global da criança de 0 a 5 anos de idade, uma vez que “o trabalho com crianças pequenas deve apresentar a necessidade da promoção de práticas de educação e de cuidados que possibilitem a integração dos aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivos, linguísticos e sociais da criança”. (RECNEI,1988)

Contudo, apesar de todas as iniciativas em efetivar e sistematizar a educação primária e em seguida desprender a devida importância à Educação de crianças pequenas durante todo o processo de formação do povo brasileiro, foi somente na república nova, ou seja, no final do século XX, especificamente a partir da Constituição Federal de 1988, que os governantes, através inúmeros debates oriundos de movimentos sociais a favor dos direitos das crianças pequenas à educação, deram ênfase a importância da Educação Infantil colocando o Estado na obrigatoriedade de oferecer educação formal e cuidados às crianças na mais tenra idade; determinações estas que foram corroboradas após oito anos pela Lei 9394/1996, como destaca Lauande *apud* Campos (2011)

“[...] o reconhecimento do direito das crianças pequenas à educação na Constituição Federal e, depois, sua regulamentação na LDBEN foram avanços importantes que contribuíram para modelar também sua própria identidade”.

A partir desse reconhecimento da Educação Infantil como dever do Estado, amplia-se as discussões entre sociedade e profissionais da área para fazer cumprir as Leis já existentes assim

como a participação dos movimentos sociais comunitários, principalmente dos movimentos de redemocratização do país; uma vez que:

“Os movimentos sociais nos puxam para radicalizar o pensar e fazer educativos na medida em que nos mostram sujeitos inseridos em processos de luta pelas condições elementaríssimas, por isso radicais, de viver como humanos. Nos propõem como tarefa captar as dramáticas questões que são vividas e postas nestas situações limite e revelá-las, explicitadas. [...] Os sujeitos da ação social entram com tudo como sujeitos políticos, cognitivos, éticos, sociais, culturais, emocionais, de memória coletiva, de vivências, de indignação, sujeitos de presente e de futuro.... Os movimentos sociais mexem com tudo porque neles os coletivos arriscam tudo. São processos educativos-formadores totais”.
(Prazeres *apud* Arroyo 2003)

O despertar dos olhares da sociedade brasileira para a importância da educação infantil como parte fundamental do desenvolvimento global o educando, fez com que os caminhos percorridos desde a Constituição Federal de 1988 até a criação da LDB, em 1996, ocasionasse o surgimento de políticas públicas que traçaram caminhos mais definidos no que se refere a formação docente, conforme destaca Nadolny e Garanhani (2008) “novos elementos são considerados na discussão sobre os diferentes espaços e tempos de formação, articulando a valorização do profissional que atua com crianças de 0 a 6 anos, bem como as responsabilidades educativas que se espera dele”.

Embora o número de educadores com curso superior seja acentuado e expressivo, ainda existem no país um percentual considerável de profissionais apenas com o ensino médio (antigo magistério ou curso normal), fato que pode vir a comprometer a qualidade do ensino, uma vez que cabe, a estes profissionais, um processo formativo contínuo e adequado, que seja (re)construído diariamente com seus pares.

Assim, entende-se que aos educadores da Educação Infantil, cabe um processo formativo contínuo e adequado, uma vez que, durante toda sua trajetória educacional, o profissional de educação necessita conhecer as legislações educacionais vigentes e aprofundar seus estudos teóricos para alia-los a prática docente visando a melhoria de sua práxis educativa, sobretudo, pelo fato de que a Educação de crianças de 0 a 5 anos configura -se como o início da educação formal do indivíduo, onde os aspectos formativos globais e integrais da criança serão estimulados de acordo com as especificidades e necessidades de cada uma individualmente.

Portanto, no decorrer de seu exercício profissional, os docentes precisam desenvolver estudos de aprofundamento teórico, conhecer o que recomenda a legislação atual, de modo que possa estabelecer relações entre a teoria e suas práticas. No que se refere à formação continuada dos

professores da educação infantil, a legislação atual, destaca ainda sua importância, através do parecer das DCNEI/2009, conforme podemos apreender quando cita que os:

Programas de formação continuada dos (as) professores (as) e demais profissionais também integram a lista de requisitos básicos para uma educação infantil de qualidade. Tais programas são um direito das professoras e professores no sentido de aprimorar sua prática e desenvolver a si e a sua identidade profissional no exercício de seu trabalho. Eles devem dar-lhes condições para refletir sobre suas práticas docentes cotidianas em termos pedagógicos, éticos e políticos, e tomar decisões sobre as melhores formas de mediar a aprendizagem e o desenvolvimento infantil, considerando o coletivo de crianças assim como suas singularidades (BRASIL, 2009).

Contudo para que haja desenvolvimento na qualidade do ensino é preciso refletir sobre a formação dos professores, os aspectos legais que fundamentam e sustentam o debate sobre a formação desse professor, e ainda, os avanços e recuos, não somente para a formação do Pedagogo (a), mas também para o extenso campo de formação que ora se abre no país para os profissionais da educação infantil, bem como no município de Lago da Pedra/MA, uma vez que, o (a) professor (a) da Educação Infantil necessita incluir na sua práxis pedagógica, propostas curriculares que desenvolvam as crianças integralmente.

O aprender contínuo é essencial e se concentra em dois pilares: a própria pessoa, como gente, e a escola, como lugar de crescimento profissional permanente (NÓVOA 2002, p.23).

Resultado e discussões

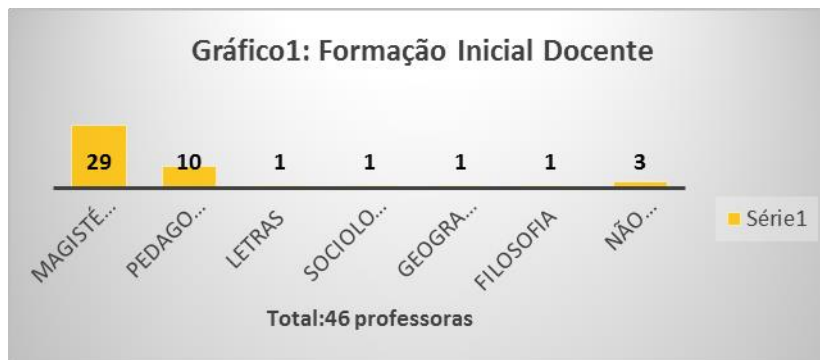
A temática sobre formação de docentes da educação infantil é de fundamental importância para que mudanças efetivas ocorram no atendimento de crianças de 0 a 6 anos de idade em todo Brasil e, sobretudo no Estado do Maranhão, uma vez que, através desta, o profissional de educação poderá ampliar suas concepções sobre a infância, o ser criança, e a importância da Educação Infantil para o desenvolvimento global do indivíduo; uma vez que, nesta etapa da Educação Básica tem-se dois elementos que devem ser vistos como indissociáveis: o cuidar e o educar.

Com o propósito de elucidar como ocorre a formação docente em Lago da Pedra/MA e quais as concepções dos professores sobre a importância das formações para os docentes da Educação Infantil, realizou-se uma entrevista semiestruturada com 46 educadores de cinco escolas específicas de Educação Infantil da rede pública, nas zonas rural e urbana, desta cidade. Destaca-se que todos os 46 entrevistados são do sexo feminino, com idade compreendida entre 22 e 61 anos de



idade, e, possuem tempo mínimo de 1 (Hum) ano e máximo de 32 (trinta e dois anos) de exercício profissional na área do magistério.

Através da entrevista semiestruturada investigamos a respeito da formação inicial das docentes da Educação Infantil do município em questão e identificamos, que a maioria das entrevistadas (29) possui o Curso técnico em Magistério, seguidos da Graduação em Pedagogia (10), Sociologia (1), Geografia (1), Letras (1), Filosofia (1) conforme demonstra o gráfico a seguir:



Fonte: Dados da Pesquisadora (2016)

Sobre esta informação, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9393/96), cita em seu artigo 62º que “A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio na modalidade normal”. (BRASIL,2014)

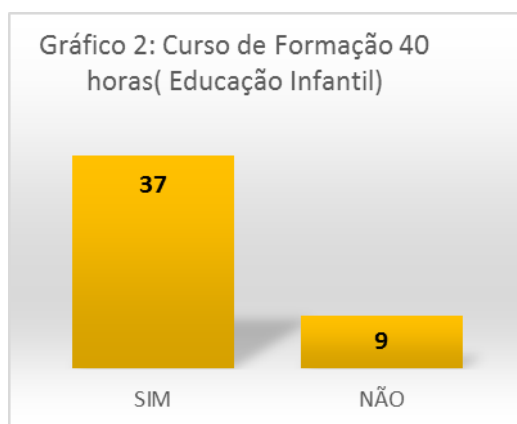
Assim, verifica-se que baseado neste preceito estabelecido pela LDBEN permanece no quadro uma maioria considerável de docentes apenas com o nível médio ministrando aulas aos educandos desta educacional. Contudo, o atendimento de crianças de zero à cinco anos de idade em creches ou pré-escolas, exige do profissional de educação uma maior qualificação profissional, uma vez que, este deve estar preparado adequadamente para o cuidar e o educar desses pequenos indivíduos, funções estas que não são tão simples como muitos pensam.

O Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (RCNEI) aborda que o “trabalho direto crianças pequenas exige que o professor tenha uma competência polivalente. Ser polivalente significa que ao professor cabe trabalhar com conteúdo de natureza diversas que

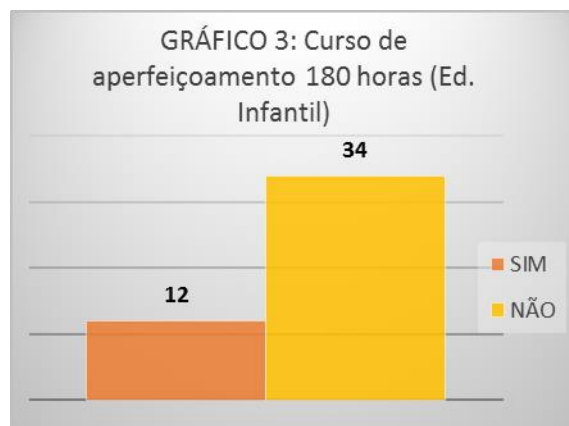


abrangem desde cuidados básicos essenciais até conhecimentos específicos provenientes das diversas áreas do conhecimento. Este caráter polivalente demanda, por sua vez, uma formação bastante ampla do profissional que deve tornar-se, ele também, um aprendiz, refletindo constantemente sobre sua prática, debatendo com seus pares, dialogando com as famílias e a comunidade e buscar informações necessárias para o trabalho que desenvolve”. (BRASIL, 1998, p. 41).

Continuou-se a abordagem questionando-as sobre as formações complementares e obtivemos a informação, através das respostas das entrevistadas, que 37 (80,43%) professoras possuem formação em cursos de 40 horas e 12 (26,08%) responderam que possuem curso de aperfeiçoamento, ambos, na área de educação infantil.



Fonte: Dados da Pesquisadora (2016)



Fonte: Dados da Pesquisadora (2016)

Sobre este dado, ressalta-se que a busca por qualificação profissional se torna cada vez mais presente no cotidiano dos profissionais de educação da atualidade, e Behrens (1996) afirma que “a essência da formação continuada é a construção coletiva do saber e a discussão crítica reflexiva do saber fazer”.

Questionamos ainda sobre as formações realizadas pelos docentes ao longo do ano de 2016 e obtivemos como respostas as seguintes informações: Ludicidade na Educação Infantil, Repensando práticas para a educação de qualidade, Multimeios como ferramenta de ensino e aprendizagem na Educação Infantil, Linguagem no contexto da Educação Infantil, Diversidade Cultural, Alimentação Escolar- produtos industrializados e os riscos para à saúde, Indisciplina no cotidiano escolar.

Sobre a importância da qualificação do docente, oportunizadas através das formações, Machado (2005), afirma que “a formação é um dos aspectos para reunir a teoria e a prática no contexto profissional”, demonstrando que a teoria e prática devem ser concebidos como elementos indissociáveis em todo processo educacional, e a maneira mais eficaz de aquisição de uma teoria que influencie positivamente na prática docente é através das formações continuadas, haja visto que, através destas, o educador, tem a oportunidade de trocar experiências e aprendizado com seus pares, tornando-se um profissional reflexivo, onde os professores através destes momentos, consigam perceber e abstrair melhorias e mudanças para sua prática, tornado o processo de ensino-aprendizagem mais eficazes e interessantes aos educandos, alcançando assim, os objetivos da Educação Infantil que é o desenvolvimento global do educando, com a valorização de aspectos cognitivos, sociais, éticos e culturais das crianças pequenas.

Questionamos sobre a importância da formação continuada para o professor de Educação Infantil, e das 46 docentes entrevistadas, 23 (50%) responderam que é importante, pois proporciona a oportunidade de adquirir novos conhecimentos; 13 (28,26%) responderam que gera qualificação, aperfeiçoamento e reciclagem do profissional, 04 (8,69%) responderam que melhora o desenvolvimento das crianças, 04 (8,69%) afirmam que inova as práticas educacionais, 01 afirma ser uma ótima oportunidade e, 01 (2,18%) assegura que é importante por gerar segurança no repasse dos conhecimentos aos educandos e 01 (2,18%) professora não respondeu sobre a questão..

Diante das respostas aos questionamentos acima, Libâneo (1988) afirma que “os momentos de formação continuada levam os professores a uma ação reflexiva. Uma vez que após o desenvolvimento da sua prática, os professores poderão reformular as atividades para um próximo momento, repensando os pontos positivos e negativos ocorridos durante o desenrolar da aula. Buscando assim melhorias nas atividades e exercícios que não se mostraram eficientes e eficazes no decorrer do período de aula”. Tal assertiva demonstra ainda que o ato reflexivo estimulado por momento de formação é importante para o desenvolvimento satisfatório da prática pedagógica nas escolas atuais, exigindo assim, um professor bem capacitado e preparado para trabalhar com crianças desde mais a mais tenra idade, ou seja, na Educação Infantil. Assim, de acordo com o RCNEI (BRASIL,)

“Educar significa, portanto, propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso, pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural. Neste processo, a educação poderá auxiliar o desenvolvimento das capacidades de apropriação e conhecimento das potencialidades

corporais, afetivas, emocionais, estéticas e éticas, na perspectiva de contribuir para a formação de crianças felizes e saudáveis”.

Portanto cabe ao educador da Educação Infantil, buscar através formações continuadas, aprendizado constante, visto que há de se pensar em qual cidadão pretendemos desenvolver para construção da sociedade atual. Sabemos que na Educação Infantil, a ênfase deve ser dada ao brincar e as consequentes interações sociais e aprendizado que este proporciona, contudo é importante ressaltar que “não há aprendizagem sem conteúdo” (RCNEI, 1998); assim, entende-se que aos docentes cabe a busca incessante pela aquisição de novos conhecimentos para que se possa contribuir com o melhor para os educandos, sobretudo, nesta fase de plena formação de concepções e desenvolvimento global.

Há de se pensar nos cidadãos que objetivamos formar: cidadãos críticos e conscientes, ou oprimidos pela classe dominante? Sobre esta indagação, Freire (1987), cita que “Os opressores, falsam entre generosos, têm necessidade, para que a sua “generosidade” continue tendo oportunidade de realizar-se, da permanência da injustiça. A “ordem” social injusta é a fonte geradora, permanente, desta “generosidade” que se nutre da morte, do desalento e da miséria”.

Portanto, visando a quebra deste paradigma de opressão que ainda assola o Brasil e o Estado do Maranhão é necessário uma formação docente sólida, onde o apoio oriundo de investimentos por parte do poder público seja sólido, mas, a vontade de fazer a mudança através de um processo de ensino e aprendizagem seja eficaz e atinja os objetivos de formar novos cidadãos livres da opressão, contudo, é necessário o ponto de partida seja a vontade do próprio educador que está inserido no sistema de ensino, como destaca Carneiro:

II – A necessidade de aperfeiçoamento profissional decorre da própria natureza do ofício de educador. As transformações da sociedade e as mudanças de natureza do conhecimento com repercussões diretas sobre a sua organização exigem, do professor (a), um esforço continuado de atualização, de aperfeiçoamento e de renovação dos métodos de trabalho. A própria evolução social requer novas competências para ensinar. Nesse sentido, é conveniente lembrar que cabe a cada professor (a) administrar sua própria formação continuada. Só ele (a) pode ser agente do seu próprio sistema de autoformação. Não significa que o professor (a) possa dispensar o apoio institucional para avançar em seu aperfeiçoamento profissional. Este está definido em lei e faz parte do Plano de Carreira. O que se quer dizer é que cada professor (a) deve explicitar e analisar suas práticas e, a partir de então, decidir quais as rotas de formação continuada que deverá lançar mão para construir o seu projeto de formação (CARNEIRO, 2014, p.280).

Considerações Finais

Elucidar os diferentes e complexos aspectos da formação continuada de docentes, em especial da Educação Infantil, não é uma tarefa fácil, visto que as discussões sobre essa abordagem, não são recentes o que a torna de certa forma inesgotável, uma vez que envolve não apenas aspectos fundamentais como investimentos por parte do sistema educacional, mas sobretudo por ser uma tarefa que deve ter como contrapartida principal, aspectos essenciais; como o interesse e vontade docente para refletir sobre suas práticas e adequá-las aos interesses coletivos, sobretudo dos estudantes.

Este artigo teve como ponto de partida a vontade de elucidar os principais aspectos do processo de formação continuada de docentes nas escolas de Educação Infantil do município de Lago da Pedra, associada a busca por conhecer os possíveis avanços e/ou recuos neste processo tão fundamental para o desenvolvimento do processo de ensinar e aprender inerentes ao processo de educação formalizada para esta comunidade.

A pesquisa foi realizada com 46 docentes da Educação Infantil de 5 escolas da zona rural e urbana; do referido município, com idade compreendida entre 22 e 61 anos de idade.

Para o levantamento dos dados fez-se uso de entrevista semiestruturada através da qual foi possível perceber que segundo a opinião dos docentes envolvidos na pesquisa, a formação continuada é importante devido a aspectos que levam a aquisição de novos conhecimentos, proporciona qualificação/aperfeiçoamento/reciclagem do profissional, melhora o desenvolvimento da criança, favorece a inovação de práticas, oferece segurança nos repasses dos conhecimentos e é uma ótima oportunidade para aprendizagem.

Contudo é importante destacar que os professores necessitam ir além do que lhes é oferecido pelo sistema, é necessário que haja envolvimento global por parte do educador, originando reflexões que levem a um processo de construção e reconstrução de saberes que gerem mudanças ou ajustes de práticas educativas, uma vez que o conhecimento é algo dinâmico e, portanto, exige adequações necessárias.

Sugerimos a coordenação da Educação Infantil do município de Lago da Pedra-MA que continue investindo em formações contínuas, mas que foquem, sobretudo em temas que sejam do interesse do educador e sobretudo do educando com o intuito de que as temáticas propostas possam influenciar positivamente no processo de ensino e aprendizagem dos educandos de zero a cinco

anos de idade. Assim, conhecer a realidade educacional de cada comunidade educacional é fundamental para que sejam escolhidos temas de caráter específicos a serem abordados nas formações, uma vez que cada comunidade tem suas necessidades inerentes e particulares, o que gera a necessidade de abordagem de temas gerais a todos os docentes, mas específicos de acordo com as necessidades de cada comunidade: rural ou urbana.

Referencias

BRASIL. **Constituição da República Federativa**. Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988. Brasília: Congresso Nacional.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC, SEB, 2009. 104

BEHRENS, Marilda Aparecida. Formação continuada dos professores e a prática pedagógica. Curitiba, PR: Champagnat, 1996.

CARNEIRO, Moaci Alves. **LDB fácil: leitura crítico-compreensiva**, artigo a artigo. 22.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FULLGRAF, Jodete Bayes Gomes. A política de Educação Infantil no Brasil. In: FLOR, Dalânea Cristina; DURLI, Zenilde (Org.). **Educação Infantil e Formação de Professores**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2012

LAUANDE, Maria de Fátima Franco Ribeiro. **EDUCAÇÃO INFANTIL E MOVIMENTOS SOCIAIS: contribuições da sociedade organizada às políticas educacionais**. In: MELO, José Carlos (Org.). **A formação continuada de professores da educação infantil: distintas abordagens**. São Luís: EDUFMA, 2015

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm>. Acesso em: 16 nov. 2014.

LIBÂNEO, José Carlos. **Adeus Professor, Adeus Professora? Novas exigências educacionais e profissões docente**. São Paulo: Cortez, 1988.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MACHADO, Vera de Mattos. **Análise do estudo coletivo na formação continuada dos professores de ciências, de 5ª à 8ª série, do ensino fundamental: da rede municipal de ensino de Campo Grande- MS.** In: Reunião Anual da ANPED, 28ª, 2005, Caxambú. *Anais...* Caxambu: Anped, 2005.

NADOLNY, Lorena de Fatima; GARANHANI, Marynelma Camargo. **O processo de formação continuada de profissionais da educação infantil: em cena “saberes do movimento”.** Disponível em: www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/499_914.pdf. Acesso em: 18 de agosto de 2016

NÓVOA, A. **Formação de professores e trabalho pedagógico.** Lisboa: Educa, 2002.

PRAZERES, Valdenice de Araujo. Os movimentos sociais e suas contribuições para a reflexão sobre concepções, políticas e práticas na educação infantil. In: MELO, José Carlos (Org.). **A formação continuada de professores da educação infantil: distintas abordagens.** São Luís: EDUFMA, 2015